

Bancos repudiam críticas dos candidatos

FABIO PAHIM JR.

Os bancos estão na berlinda tanto no programa de Collor quanto no de Lula. Nos dois, a crítica principal é a mesma: em vez de financiar a produção, o comércio, o consumo e os investimentos, eles recolhem o dinheiro das pessoas físicas e das empresas e compram títulos do governo, embolsando uma comissão que o Partido dos Trabalhadores qualifica como "superlucro", também originário da inflação e dos favorecimentos estatais.

As críticas do PT e do PRN são repudiadas por Léo Wallace Cochrane Jr., presidente da Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos): "Os bancos estão em disfunção, mas isto não ocorreria se as empresas não colocassem seu dinheiro no **over**. Elas teriam que investir ou tomar financiamento — o que está complicado — e isto exigiria inflação em queda. A crítica portanto é ao modelo econômico, não ao sistema financeiro. Os bancos têm todo o interesse em voltar a emprestar. E quando houver um plano econômico aberto, as pessoas vão começar a investir novamente. Hoje os bancos são um caixa do

governo, e também prestadores de serviços. Queremos voltar às nossas funções primordiais".

Para que os bancos retomem seu papel, as "Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor de Mello" preconizam o saneamento financeiro do Estado e "o consequente recuo da inflação", pré-requisitos para que os bancos privados voltem a assumir riscos ligados à atividade produtiva "ao invés de se limitarem ao papel de rentistas".

A queda da inflação reduzirá os resultados dos bancos (parte dos lucros vem da aplicação dos recursos depositados à vista nas contas correntes), mas Cochrane não teme esta hipótese: "Os bancos já provaram que podem conviver com inflação baixa, como no Plano Cruzado".

O presidente da Febraban recusa-se a simplesmente analisar a estatização dos bancos, não descartada no programa do PT. "Engana-se quem pensar que isto pararia no sistema financeiro, que é uma parte do sistema econômico — explica numa alusão ao risco que passariam a correr as empresas em geral, de um processo em cadeia.



A estatização, porém, faria parte de uma lógica sinistra: uma vitória do PT aceleraria a inflação e a fuga dos ativos, detonaria a hiperinflação antes da posse e, enfraquecido todo o sistema econômico mas principalmente os bancos, a estatização seria uma consequência, mesmo que o governo não a considerasse prioritária — o que aconteceu no México após a quebra em 1982 e a posse do antecessor de Salinas, Miguel de La Madrid.

Para assustar um pouco mais, um dos principais economistas do PT, Paul Singer, secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, admitiu a conveniência da estatização não só dos bancos mas de todas as instituições finan-



ceiras privadas.

— Isto esbarra na Constituição — observou um economista da Universidade de São Paulo. Geraria uma anarquia no sistema financeiro. Principalmente, se o novo sistema, já estatizado, discriminasse os tomadores de crédito, buscando somente aumentar o poder do Estado.

Um controle mais rígido também é rejeitado por Cochrane para quem, hoje, já existe excesso de regulação, de normas e regras que limitam a atuação financeira. Além disso, "onde o governo iria encontrar vinte e dois mil pontos-de-venda para colocar seus títulos?" — indaga. "À esquerda, se chegar ao governo, precisará de recursos, financiamentos para

seus programas sociais. Ou pensa que o dinheiro que gira no **over** está nos cofres?"

A leitura do PAG, feita por economistas, acrescentou outras hipóteses de estatização. Por exemplo, o controle total da moeda pelo governo — como se fez na Argentina — para evitar que os bancos, ao concederem empréstimos, criem moeda. Haveria um compulsório de 100% sobre os depósitos à vista, e o governo acabaria com o lucro dos bancos no **floating** (os recursos que ficam sem remuneração, nas contas correntes, como resíduos de operações).

Para evitar o "superlucro" com o giro da dívida pública, parte das LFTs de curto prazo seriam trocadas por papéis de prazo mais longo — dispensando a intermediação bancária. E a fatia do longo prazo poderia ser grande, já que dos US\$ 55 bilhões de LFTs que giram no mercado, só uns 30% representariam o caixa das empresas (aquilo de que elas precisam para o dia-a-dia) e o restante poderia ser convertido. A questão é se o processo seria voluntário ou unilateral.

O programa de Collor defen-

de a independência do Banco Central — como existe nas economias desenvolvidas, e um papel bem nítido para as três principais instituições federais — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES — Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. O BB voltaria a dar suporte à política econômico-financeira do governo, o BNDES atuaria só nos programas de investimento e a CEF nos projetos sociais, deixando de ser "o vergonhoso instrumento de barganha política que se tornou hoje", como afirma o programa.

— O melhor — sugere o professor Geraldo Gardenali, da FGV-São Paulo — seria fundir a CEF e o BNDES no BB, eliminando a triplicação de diretorias, agências, funções, no caminho da racionalização, enfim. Nada na que justifique, além disso, o Estado estar na posse de instrumentos financeiros, o que decorre da existência de subsídios de crédito implícitos embutidos nas operações. Havendo risco, é o setor privado que deve emprestar. E o subsídio deveria ser explicitado no orçamento da União, e não concedido via crédito.